

Planalto tem semana decisiva no Congresso

Parlamentares vão analisar vetos de Lula e projetos que incluem, entre outros temas, pauta econômica, proposta anti-MST e 'saidinha'; governo tenta evitar derrotas. Agenda tem ida de ministros a comissões

GABRIEL SÁBOTA E GERALDA DOCA
public@oglobo.com.br

Devolta ao trabalho nesta semana após um recesso informal na semana passada, o Congresso deve se reunir na quinta-feira para analisar vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a possibilidade de impor uma série de derrotas ao Planalto. Na lista estão cortes nas emendas de comissão, restrições nas "saidinhas" de presos e mudanças na lei para uso de agrotóxicos. A sessão do Congresso para apreciar os vetos estava marcada para a semana passada, mas foi adiada pelo presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após consenso entre os líderes de bancadas. Um dos vetos que mais preocupa o governo é o que reduziu em R\$ 5,6 bilhões as emendas de comissão. O Planalto tenta acordo para recompor parte do valor, em R\$ 3,6 bilhões.

Outras pautas consideradas importantes estão: mudanças nas leis orgânicas dos policiais militares e civis e a Lei Geral do Esporte, regulamentação das apostas esportivas e na previsão de reserva de 30% de recursos a programas de moradia, como o Minha Casa Minha Vida, paridade com até 50 mil.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Ro-



Voto ao trabalho. Sessão no Congresso Nacional: parlamentares vão analisar temas sensíveis para o Palácio do Planalto, como o derrubada de vetos de Lula

AGENDA INCLUI VETOS E REUNIÕES DE COMISSÕES

Respostas a Lula

Na quinta-feira, o Congresso votará a derrubada de vetos do presidente. O Planalto ainda negocia quais itens irão à votação em separado. Há vetos que envolvem corte de emendas de comissão, "saidinha" de presos. Lei Geral da Polícia e legislação para uso de agrotóxicos.

Projetos e PECs

A CCJ da Câmara retornará, entre outros temas, a discussão de um projeto que "dispõe sobre a retirada de invasões de propriedades privadas". A Casa ainda analisará o Programa Nacional de Mobilidade Verde, que trará pauta no Senado, além de projeto que cria o novo seguro obrigatório para veículos.

Presença de ministros

A Comissão de Educação da Câmara debaterá na quinta-feira mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Já amanhã estão previstas visitas a colegiados temáticos dos ministros Margaret Menezes (Cultura) e André Fufuca (Esporte), além do secretário de Segurança de São Paulo, Guilherme Derrite.

tor, senador Jacques Wagner (PT-BA), leu o parecer, mas houve um pedido de vista.

VISITA DE MINISTROS

Na Câmara, os trabalhos começaram com o PL do Programa de Mobilidade Verde e Inovação, de Incentivo e Descarbonização do Setor Automotivo. Em regime de urgência, o texto passou a travar a pauta.

Também há a expectativa de que a CCJ retorne hoje a discussão do projeto que "dispõe sobre a retirada de invasões de propriedades privadas". Ele prevê que donos de terrenos invadidos possam retomá-las "por sua própria força ou utilizar força policial", independentemente de ordem judicial, "contanto que o façam logo e que os atos de defesa ou desforço não ultrapassem o indispensável à manutenção ou restituição da posse". Há duas semanas, um pedido coletivo de vista de governistas prorrogou a votação. O projeto tramita em regime de urgência e faz parte de um "pacote anti-MST".

A semana ainda terá a presença de ministros em comissões temáticas: Margaret Menezes (Cultura) estará nos colegiados de Cultura, Defesa da Mulher e Fiscalização Financeira e Controle; André Fufuca (Esporte), na de Esporte; e o secretário paulista de Segurança Pública, Guilherme Derrite, na de Segurança.

Pacheco faz acenos em recorde de projetos à frente do Senado

Presidente apresentou 18 textos, entre PEC e PL, caros ao governo e à oposição

CAMILLA TURTELLE
LAURENTE POMPEU
public@oglobo.com.br

Usando o poder da caneta de presidente do Senado para fazer acenos ao governo e à oposição, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) tornou-se o presidente da Casa que mais apresentou projetos de lei e Propostas de Emenda à Constituição nos últimos 11 anos: foram 16 PLs e duas PECs desde que assumiu a cadeira.

Entre as iniciativas estão temas sensíveis ao Planalto, como as PECs das Drogas, que inclui na Constituição a criminalização da posse de entorpecentes, e a do Quinquênio, que eleva os vencimentos de juízes e procuradores. Em outros casos, Pacheco procura legislar

em discussões mais amplas, como mudanças na lei de impeachment e na regulamentação da Inteligência Artificial (IA) e da Sociedade Anônima nos times de futebol.

Não é usual que o presidente do Senado seja o autor de tantas propostas. Davi Alcolumbre (União-AP), antecessor de Pacheco, por exemplo, foi autor apenas de uma PEC sobre Reforma Tributária. Desde a redemocratização, a partir de 1985, dos 16 senadores que comandaram a Casa, só quatro tiveram mais iniciativas enquanto presidiam o Congresso. O último com mais propostas que Pacheco foi José Sarney (MDB), que deixou a presidência do Senado há mais de uma década. Por ser presidente do Con-

gresso, o entendimento de líderes partidários é que os textos têm um ponto de partida privilegiado. É Pacheco quem define a pauta e relatórios.

Parlamentares aliados são escolhidos para relatar as iniciativas de Pacheco. Isso ocorreu com a indicação de Efraim Filho (União-FB) para a PEC das Drogas; Eduardo Gomes (PL-TO) para a regulamentação de IA; Marcos Rogério (PL-RO) para o novo projeto de lei das SAs de futebol; e Werverton Rocha (PTT-MA) para as mudanças na Lei de Impeachment.

Pacheco afirma que cumpre atribuição constitucional. — "É sempre conciliante e de acordo com o que acredito. Na verdade, é o exercício de uma prerrogativa parlamentar — disse.



Privilegio. Pacheco escolheu aliados para relatar iniciativas de sua autoria

Por outro lado, o cientista político e professor do Insper Leandro Consentino avalia que isso é um sintoma da falta de protagonismo do governo, que não conseguiu eleger no Congresso uma maioria.

— Isso é fruto de um protagonismo muito maior e de uma transferência do protagonismo ao Legislativo, em detrimento do Executivo. O Executivo antigamente tinha muito mais o condão de conduzir, coordenar esses debates. Já na Câmara, a realidade é diferente. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), não apresentou nenhum projeto de lei e PEC. Entre os parlamentares, há a leitura de que Pacheco atende a diversos setores com seus textos. Ele mira num consenso para eleger Alcolumbre como sucessor e para se viabilizar como candidato a governador de Minas Gerais em 2026. Por isso, ele se equilibra entre agradar o governo e a bancada bolsonarista no Senado, além de acenar ao Judiciário.

A regulamentação da IA é acompanhada de perto pelos ministros Paulo Pimenta (Comunicação), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Ricardo Lewandowski (Justiça). O governo é a favor de estabelecer regras e responsabilizar plataformas pelo uso.

Já a aprovação da PEC das Drogas foi comemorada pela oposição e considerada uma resposta do Congresso ao Supremo Tribunal Federal, que julgou a descriminalização da posse de maconha em pequenas quantidades. Em curto espaço de tempo, porém, houve sinalização aos magistrados com a PEC do Quinquênio.

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) reclamou do andamento das propostas tocadas por Pacheco: — "Julgo que temos um número demasiado de PECs. Está sendo feita uma reforma constitucional sub-reptícia.

Mas a maioria dos senadores evita sequestrar de Pacheco. — Não acho negativo. Acho normal ele propor projetos que ele julga importantes — disse Marcos Pontes (PL-SF).

Gleisi critica Simone Tebet por critérios para corte de gastos

GABRIEL SÁBOTA
public@oglobo.com.br

A presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), criticou a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), pela defesa de desvinculação da Previdência do salário mínimo e da inclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) no piso de gastos da Educação.

— Desvincular a Previdência do salário mínimo e in-

cluir o Fundeb na conta do piso da Educação são ideias muito ruins, que contrariam o programa de governo eleito em 2022. Se adotadas, iriam prejudicar diretamente milhões de aposentados e alunos de escolas públicas, a população que precisa ser protegida pela ação do Estado, ações estas garantidas na nossa Constituição. É no mínimo preocupante que sejam defendidas pela ministra Simone Tebet. Responsabilidade fiscal não tem nada a ver com injustiça



Gleisi. Debate com Haddad



Simone Tebet. Medidas sob estudo

social", postou Gleisi ontem em suas redes sociais.

Em entrevista ao "Valor Econômico", Tebet afirmou que está em estudo no ministério um cardápio de medidas para corte de gastos. Para isso ela defende que as aposentadorias, pensões, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e abono salarial passassem a ser corrigidas pela inflação, sem considerar o ganho real do salário mínimo. Segundo Gleisi, o assunto seria debatido com

o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ao "Valor", Tebet também acenou com a possibilidade de incorporar os gastos com o Fundeb ao piso constitucional da educação. O governo é obrigado a gastar 18% da receita líquida de impostos com a área. No governo Bolsonaro, foi aprovado o aumento escalonado da participação da União no fundo, de 10% para 23% (percentual que será atingido em 2026). Esses valores não são contabilizados no piso, mas incluí-los facilitaria ao governo cumprir essa obrigação e abriria espaço para outros gastos ou redução de despesas.